



INSTITUTO DO EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL, IP
CONSELHO DIRECTIVO

POPH LISBOA 18452-26 4º10



1. A Sr. Carmen Guimarães
para assinar o documento

✓ 2. Cópia para o C.D.

2010.04.27

O Gestor do POPH
Rua Fiolhais

Ex.mo Senhor

Gestor do Programa Operacional do Potencial Humano

Av. Infante Santo, 2 – 5º andar
1350 – 346 Lisboa

Sua referência

Sua comunicação de

Nossa referência

N.º 429/CD-IEFP,IP/2010

Data

21-04-2010

Nº Pág: 2

ASSUNTO: Isenção da certificação da aptidão pedagógica de formador dos docentes portadores de qualificação profissional para a docência e dos docentes do ensino superior universitário e politécnico

O Decreto Regulamentar n.º 66/94, de 18 de Novembro, alterado pelo Decreto Regulamentar n.º 26/97, de 18 de Junho, regula o exercício da actividade de formador, no domínio da formação inserida no mercado de emprego.

Nos termos do artigo 9.º do supracitado Decreto Regulamentar, desde que verificados os requisitos para o exercício da respectiva actividade, o Certificado de Aptidão de Formador (CAP) é requerido pelo interessado ou pela entidade formadora ou beneficiária ao IEFP, I.P., sendo válido por 5 anos.

Os docentes do ensino básico e secundário detentores de uma qualificação profissional tinham acesso directo à certificação da aptidão pedagógica de formador. Da mesma forma os docentes do ensino superior universitário e politécnico que comprovassem o exercício da actividade de docência em determinada categoria profissional tinham acesso directo àquela certificação.

Neste contexto, os processos de certificação dos docentes acima identificados assumiam um carácter meramente administrativo, pelo que foi decidido isentar da certificação os docentes que estejam nas condições indicadas.

Assim, estão isentos da posse de CAP os docentes profissionalizados que comprovem uma das seguintes condições:

- Curso de formação inicial de professores (com estágio pedagógico integrado):
 - Licenciatura em ensino de...;
 - Licenciatura do ramo de formação educacional em...;
 - Curso dos professores do ensino básico;
 - Curso de educador de infância;
 - Curso de professores do ensino primário/curso do Magistério Primário.



- Cursos científicos sem estágio pedagógico integrado com um estágio realizado posteriormente à aquisição do curso:
 - Estágio clássico;
 - Profissionalização em exercício/serviço;
 - Qualificação em Ciências da Educação – Universidade Aberta;
 - Outras situações residuais como são o caso da equivalência.

Estão isentos da posse de CAP os docentes do ensino superior universitário e politécnico que comprovem que integram os quadros docentes numa das seguintes categorias profissionais:

- Ensino universitário
 - Professor catedrático;
 - Professor auxiliar;
 - Professor associado;
 - Professor convidado;
 - Assistente.
- Ensino politécnico
 - Professor adjunto;
 - Professor coordenador;
 - Professor convidado.

Para poderem provar a sua situação, os docentes devem entregar, à entidade formadora, cópia autenticada do documento comprovativo da posse de profissionalização ou declaração emitida pelo estabelecimento de ensino superior onde conste que se encontram a leccionar e a respectiva categoria profissional. Estes comprovativos devem constar do dossier técnico-pedagógico.

Aproveitamos, ainda, para solicitar a colocação desta informação no site do POPH para que possa ser disponibilizada a um maior número de entidades formadoras.

Com os melhores cumprimentos,

O Presidente do Conselho Directivo



Francisco Madelino